

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ANÁLISE POPULACIONAL DA MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE

Juliana Rammé¹

RESUMO

Uma região possui fenômenos que são particulares em função de sua configuração territorial, espacial, cultural, social e econômica. Neste contexto, esta pesquisa foi centrada na análise de indicadores demográficos vinculados à variação populacional, dos 118 municípios que formam a mesorregião do Oeste catarinense, no período de 1991 a 2010, com base nos dados dos censos demográficos, do IBGE, como perspectiva de desenvolvimento municipal. Também, analisaram-se as taxas de urbanização, em 2000 e 2010, bem como os percentuais de população do gênero masculino. Efetivou-se uma estratificação para a espacialização dos fenômenos, com base nas cinco microrregiões, através de cartografia temática. Como resultados observou-se que as variações populacionais foram expressivas, tanto negativas quanto positivas, o que demonstra que a mesorregião possui uma tendência de retração (esvaziamento de municípios periféricos) e concentração (em cidades de porte médio) que se encontram dispersas, pelo território da mesorregião do Oeste catarinense e que igual tendência se apresenta para o gênero, que tende a não ser mais igualitário. Os conhecimentos desta pesquisa orientam políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico e social dos respectivos municípios.

Palavras Chave: desenvolvimento regional, mobilidade populacional e dinâmica econômica.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que contemplam a região são importantes, uma vez que permitem uma análise detalhada do fenômeno pesquisado, neste caso vinculado à evolução e perspectivas da dinâmica populacional dos 118 municípios, da mesorregião do Oeste Catarinense (SC), regionalização instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de sessenta, do século XX.

O Oeste Catarinense teve um processo de ocupação e integração ao modelo de produção capitalista tardio e incompleto, representado pela sobreposição de grupos sociais que tiveram apoio institucional e confinaram as etnias pré-existentes no território regional.

Neste contexto, em menos de um século, as atividades e os grupos sociais que se ampliaram e criaram novas formas de uso do solo na região, sofreu um processo de estabilização e inclusive retração, fazendo que tivesse reflexos na continuidade das cidades, nas atividades econômicas, portanto no próprio desenvolvimento dos municípios.

Nos procedimentos metodológicos deste estudo, a série de dados contemplou 29 anos, de 1991 a 2010, com base em dados dos censos demográficos do IBGE, a geração de cartogramas e análises que permitem compreender a essência da problemática da pesquisa, no âmbito regional e seus reflexos em processos de desenvolvimento endógeno dos municípios.

Como principais resultados evidencia-se que as variações populacionais foram expressivas, tanto negativas quanto positivas, o que demonstra que a mesorregião possui uma tendência de retração (esvaziamento de municípios periféricos) e concentração (em poucas cidades de porte médio) que se encontram dispersas pelo território regional.

Os conhecimentos desta pesquisa servem de suporte para a orientação de políticas públicas, em diferentes níveis institucionais, direcionadas à gestão do desenvolvimento econômico e social dos respectivos municípios.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Na análise regional deve-se considerar a continuidade da manifestação dos fenômenos geográficos sobre o território, inclusive observando a sua ocorrência em períodos pretéritos, o que permite efetivar comparativos, inclusive com fenômenos similares, na atualidade. Neste enfoque, este referencial bibliográfico, num primeiro momento, abordou as discussões acerca da região, e no segundo, as variáveis relacionadas aos aspectos dos processos históricos e sócio-espaciais que contemplem a população da região Oeste Catarinense (118 municípios – IBGE, 2000).

A análise espacial com base no entendimento da dinâmica territorial, que continuamente transpõem para a segunda natureza, é manifestada no ambiente desta pesquisa, por meio das ações dos grupos sociais sobre os elementos naturais, sendo que nesta transformação é possível identificar as seguintes categorias de análises: a forma, a função, a estrutura e o processo (SANTOS, 2006).

Em conformidade com o autor, na região Oeste Catarinense, a forma é representada pelos aspectos visíveis da paisagem, tais como os elementos físicos e a dinâmica econômica e social; a função está relacionada ao papel desempenhado pelo objeto; a estrutura evidencia como os objetos se interrelacionam e estão sistematicamente organizados, como por exemplo, as atividades econômicas de uma cidade; os processos são determinados pelo tempo (temporalidade) e indicam as mudanças, as mobilidades ou as transformações, ou seja, a dinamicidade sofrida pela paisagem.

Embora a conceituação de região remeta a certa similaridade na sua organização histórica, cultural, social, econômica, a área desta pesquisa está fortemente influenciada por decisões exógenas à região, especialmente em relação à mobilidade populacional, o que demonstra os vínculos territoriais locais, com outras regiões instaladas no ambiente dos municípios. Neste contexto, para Santos (2006, p. 14) “o espaço é o resultado das ações do homem sobre os próprios espaços intermediados pelos objetos naturais ou artificiais, que o autor chama de segunda natureza e que sofrem diferentes interferências em função das ações humanas”.

Para Corrêa (1986, p. 37), o termo região, “no sentido original significa unidade político territorial, atrelado a certa superfície terrestre (continuidade geográfica)”. Neste contexto, Bavaresco (2005, p. 19) ressalta que o “Oeste Catarinense possui características próprias como resultado da ocupação e da colonização, por descendentes de populações europeias”.

Ao considerar as distintas temporalidades na utilização do território do Oeste Catarinense, é possível identificar determinadas especificidades em relação aos processos de artificialização da paisagem regional, com base em que Bavaresco (2005) chama de ciclos econômicos. Estes se manifestaram no território, como a pecuária, a erva mate, a madeira e a agroindústria, sendo que se reproduziram em forma de ciclos (período em que predomina determinado fenômeno, neste caso econômico e social).

Recentemente, a estes ciclos se acrescenta o aproveitamento energético, por meio de instalação de usinas hidrelétricas, em cursos d’água de diferentes portes, primeiramente centradas no rio Uruguai, que determinam importantes impactos sociais nas áreas de entorno dos reservatórios (decisões exógenas). Temporalmente a coexistência de elementos da paisagem em determinado lugar, somada a uma maior uniformidade na organização e distribuição dos mesmos, quando comparada ao ambiente externo, que conforma uma “diferenciação das áreas” (particularidades), pode ser chamada de região.

Analogamente a Wallerstein apud Mendes (2005, p. 45), ao abordar as relações entre espaços geográficos contíguos, ressalta que “[...] os vínculos sejam rígidos ou elásticos, possuem a característica fundamental que é a existência de uma relação de dependência” - os vínculos são mais do que casuais, são estruturais. Percebe-se que a identidade regional criada a partir da continuidade geográfica possui relações de dependências que se manifestam igualmente no tempo.

Tradicionalmente no ambiente desta pesquisa, a combinação de processos econômicos está vinculada à motivação de novas dinâmicas espaciais, que modelam os usos do solo tanto no espaço rural quanto urbano, mesmo em áreas com processos de desenvolvimento desigual (como exemplo, no espaço rural, centro urbano e periferia), não geográfico, entretanto social.

Nos municípios do Oeste Catarinense a combinação de processos econômicos determinou uma geografia com especificidades próprias, quanto à mobilidade populacional, pois os processos de urbanização são concentrados e dispersos, o que determina uma acentuada mobilidade populacional regional e extra-regional, com forte tendência de retração dos contingentes em locais periféricos, que condicionam os processos de desenvolvimento autônomos em período vindouro.

3 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE

O Oeste Catarinense se integrou à dinâmica econômica extra-regional apenas no século XX, uma vez que as atividades econômicas eram parcialmente integradas e a região que tinha uma função de passagem de pessoas e produção, especialmente no sentido do Rio Grande do Sul até São Paulo. Os fatores geopolíticos externos (disputa territorial com a Argentina – resolução pela questão de Palmas) e internos, como a Guerra do Contestado (disputa entre governo, fazendeiros e construtores da estrada de ferro, contra os caboclos) e a disputa territorial com o estado do Paraná, contribuíram para o retardamento desta integração regional.

Os modelos de exploração e produção econômica desempenhados pelos caboclos (descendentes de índios com brancos) na região geravam desconfiança ao governo provincial, que formou uma tríplice aliança com a igreja católica e as colonizadoras, para implementar um modo de ocupação diferenciada, “transplantando” descendentes de europeus para a região, havendo um processo de substituição dos grupos sociais pré-existentes. Para Renk (1999, p. 03) “as áreas de florestas e de campos foram divididas em pequenos lotes, chamados de colônias e vendidas aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul”.

Desta forma, se reconhece que o Oeste Catarinense teve um processo de ocupação que precedia aos imigrantes descendentes de europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, em áreas de colonização induzida, representado pelos grupos de guaranis, kaingang, caboclos e fazendeiros que possuíam organizações sociais distintas. A base de sustentação destes grupos era o semi-nomadismo e a produção da pecuária bovina, respectivamente (WERLANG, 2002). Os caboclos aproveitavam

os recursos disponíveis pela natureza como a caça, a pesca e a coleta de frutas silvestres, aliado a uma incipiente agricultura, desenvolvida próximas das residências e dos cursos d'água, sem a preocupação com uma divisão territorial em propriedades.

Embora se costume observar a história da ocupação territorial do Oeste Catarinense de forma fragmentada e em fases sucessivas, foi importante a relação de suporte que os grupos de indígenas proporcionaram para a efetividade do “branqueamento” da região. Os índios “[...] foram desbravadores e guias dos colonizadores, ensinavam-lhes o cultivo e o uso de várias espécies de vegetais, como o milho, a mandioca, a erva mate e a domesticarem os animais” (LISBOA, 2003, p. 04).

A inserção de novos grupos sociais aconteceu a partir da sobreposição aos grupos anteriores e não por fases sucessivas. As mesmas foram acompanhadas pela periferização geográfica dos índios e dos caboclos, inclusive em termos cultural, social e econômica, uma vez que foram confinados em espaços sem aptidão, para as atividades da extração vegetal, da agricultura e da pecuária evidenciando a segregação étnica, na ocupação territorial do Oeste Catarinense (RENK, 1999, p.14). Este fenômeno a autora chama de “deslocamento compulsório, isto é, não voluntário, entretanto obrigatório”.

Por volta da metade da segunda década do século XX houve uma divisão administrativa do território do Oeste Catarinense em municípios, sendo que se formaram duas importantes referências espaciais: o município de Cruzeiro, atual Joaçaba, no Meio Oeste e o de Chapecó, (ambos emancipados em 25 de agosto de 1917), o último com extensão territorial até a fronteira com a Argentina (em torno de 14 mil km²) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2010). Estas medidas político administrativas demonstravam que a região estava apta para imprimir um novo modelo de desenvolvimento (inserção de capital com o apoio do Estado, diferenciado daquele até então difundido e fortemente vinculado ao uso dos recursos naturais).

A organização social dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul deu-se com o incentivo das companhias colonizadoras, que tiveram a incumbência de dividir o território em lotes similares em relação ao tamanho da área. Possuíam em torno de 25 ha e o formato tinha a testada estreita e o fundo alongado (herança portuguesa) e

utilizavam, principalmente, como limites, os cursos d'água e os próprios divisores ou cotas mais elevadas, proporcionando um desenvolvimento de sistemas agrários de acordo com as especificidades culturais do grupo e das potencialidades da geografia (elemento natural ou determinismo geográfico) (WERLANG, 2002).

Para Werlang (2002, p. 34), “o travessão dividia pelo meio as terras existentes entre dois cursos d'água, sendo que as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares, de acordo com as restrições do relevo e a existência de cursos d'água”. Este modelo de divisão da terra foi importante, pois determinou um confinamento social de famílias com expressivo número de membros nas propriedades e que posteriormente foi essencial para a formação de processos de mobilidade regional (especialmente de jovens – migração especializada).

Observa-se que no Oeste Catarinense, além do advento da colonização e a construção da ferrovia (que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul), no primeiro quartel do século XX, houve uma incorporação tardia e parcial ao restante do território nacional. Neste contexto, a organização espacial pré-existente evidenciava formas de modelagem do espaço geográfico, não compatíveis com os processos de expansão capitalista, sobre o território catarinense, especificamente pelas suas principais formas de ocupação e uso do solo.

Os índios praticavam um semi-nomadismo e a partir de práticas como a coleta de frutos, a caça, a pesca e uma incipiente agricultura para o consumo, ou seja, aliavam-se à natureza para a própria (re)produção social dos grupos. Desta forma, possuíam um determinismo geográfico, uma vez que não haviam desenvolvido as técnicas que lhes proporcionassem a autonomia em relação às possibilidades que não fossem proporcionadas pela natureza, como o uso de ferramentas que permitissem um aumento sistemático da produção (a terra era utilizada como fonte de alimentação e não de formação de excedente).

Os caboclos, além das formas de sobrevivência do grupo anterior, manipulavam os solos pela agricultura aliada ao extrativismo vegetal praticado com a erva mate e a pecuária, especialmente a bovina. Possuíam uma dependência acentuada dos potenciais que a natureza lhes oferecia para a sobrevivência do grupo, o que lhes condicionava uma ocupação em áreas com recursos disponíveis para o próprio sustento, sem a preocupação com o acúmulo da produção e havia certa mobilidade social sobre o território.

A partir deste período (década de 20 e 30, século XX), tornaram-se notáveis as determinações dos colonos como grupo dominante (com o apoio oficial e de instituições de suporte) que cristalizaram as formas de uso do solo que constituíram uma territorialidade específica no Oeste Catarinense. O desenvolvimento de sistemas agrários, na região, constituiu-se a partir da exploração da madeira especialmente localizadas junto aos cursos d'água e posteriormente em áreas mais distantes. Nesse contexto, as artérias (vias) para o deslocamento da matéria prima eram representadas pelos cursos d'água, especialmente o rio Uruguai, que ligava esse território aos entrepostos de compra, no sul do Brasil e na Argentina.

Na (re)produção do espaço rural pelo formato ou arranjo das propriedades (estrutura fundiária) no Oeste Catarinense houve uma 'cópia' (herança) da divisão efetivada no Rio Grande do Sul, pelas empresas colonizadoras. A partir das especificidades ambientais como os relevos íngremes, a densa rede de drenagem, os vales profundos e encaixados, típicos de planaltos e platôs, houve uma divisão de terras incompatível com estas características ambientais e proporcionaram efeitos negativos, até a atualidade.

A produção do espaço rural deu-se com as atividades econômicas no interior das propriedades que desconsideravam as formas naturais da paisagem. No entanto, a partir da progressividade econômica e a formação das primeiras vilas compostas basicamente pela serraria, pela igreja, pelo ínfimo comércio, pela escola e por algumas casas, houve a troca do uso do solo do extrativismo para o ambiente urbano (incipientes atividades econômicas típicas de cidades), embora disperso.

Na década de 40, (século XX), novas atividades econômicas foram organizadas e difundiram-se sobre o território do Oeste Catarinense. Parte estava atrelada à agricultura - milho, batata, feijão e mandioca - a partir da policultura e representavam uma possibilidade de sobrevivência, pela subsistência alimentar que proporcionava aos grupos sociais. A esses grupos eram impostas diversas dificuldades como a inexistência de vias e a distância de mercados consumidores e carência de circulação de moeda.

A partir da segunda metade do século XX, "houve a reestruturação do espaço do Oeste Catarinense para o modelo agroindustrial, sendo que a indústria alimentícia passou a organizar o território" (BAVARESCO, 2005, p. 12). Difundida em grupos sociais dominantes no território que não distinguia a identidade

econômica dos produtores (colonos) esse modelo posteriormente se tornou seletivo, entretanto, foi fundamental para a ampliação de uma urbanização concentrada e dispersa.

As áreas rurais, que tinham processos produtivos específicos ao incorporar as novas formas de produção (implantação de tecnologias na produção de matéria prima para agroindústria), liberaram expressivos contingentes populacionais para os centros urbanos. Esse fato acarretou o esvaziamento espacial de parte do espaço rural e gerou a descontinuidade e a ruptura nas formas de produção, (SILVESTRO et. al. 2001) houve processos de descontinuidade na sucessão das propriedades rurais (WANDERLEY, 2000).

O espaço regional pode ser evidenciado pela dinâmica populacional e as respectivas particularidades econômicas que se estruturam a partir das interrelações entre os municípios da região, que apresentam diferentes especificidades. O processo de ocupação e integração econômica e estagnação do Oeste Catarinense, do ambiente rural e de determinadas cidades de pequeno porte, possui um ciclo reduzido, uma vez que este intervalo temporal (ocupação e esvaziamento) é de menos de um século, podendo persistir por mais algumas décadas e possui importantes impactos no desenvolvimento e na continuidade dos próprios municípios.

Desta forma, no âmbito regional existe um quadro de instabilidade em relação à progressividade do desenvolvimento, tanto rurais quanto urbanas (mais especializadas) e inibição da instalação e ampliação de (novos) empreendimentos, pela migração especializada que tende cristalizar um ambiente economicamente mais homogêneo, portanto menos diversificado e autônomo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos estão relacionados aos mecanismos, as técnicas e a sequência lógica, empregadas nos processos de pesquisa, vinculada aos objetivos instrumentais que determinam o que foi pesquisado e compreendido. Esta pesquisa foi embasada em informações secundárias, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em três temporalidades (29

anos): 1991, 2000 e 2010, ou seja, a partir da base de dados dos censos demográficos, na mesorregião do Oeste Catarinense (Figura 01).

Especificamente os dados de interesse da mesorregião do Oeste Catarinense (118 municípios), por temporalidade, foram os seguintes: 1991, população total; 2000, população total, rural e urbana e 2010, população total, rural e urbana, além de gênero e percentuais relacionados. Em todos os dados foram consideradas as microrregiões, em número de cinco, os percentuais e a proximidade geográfica ente os municípios.

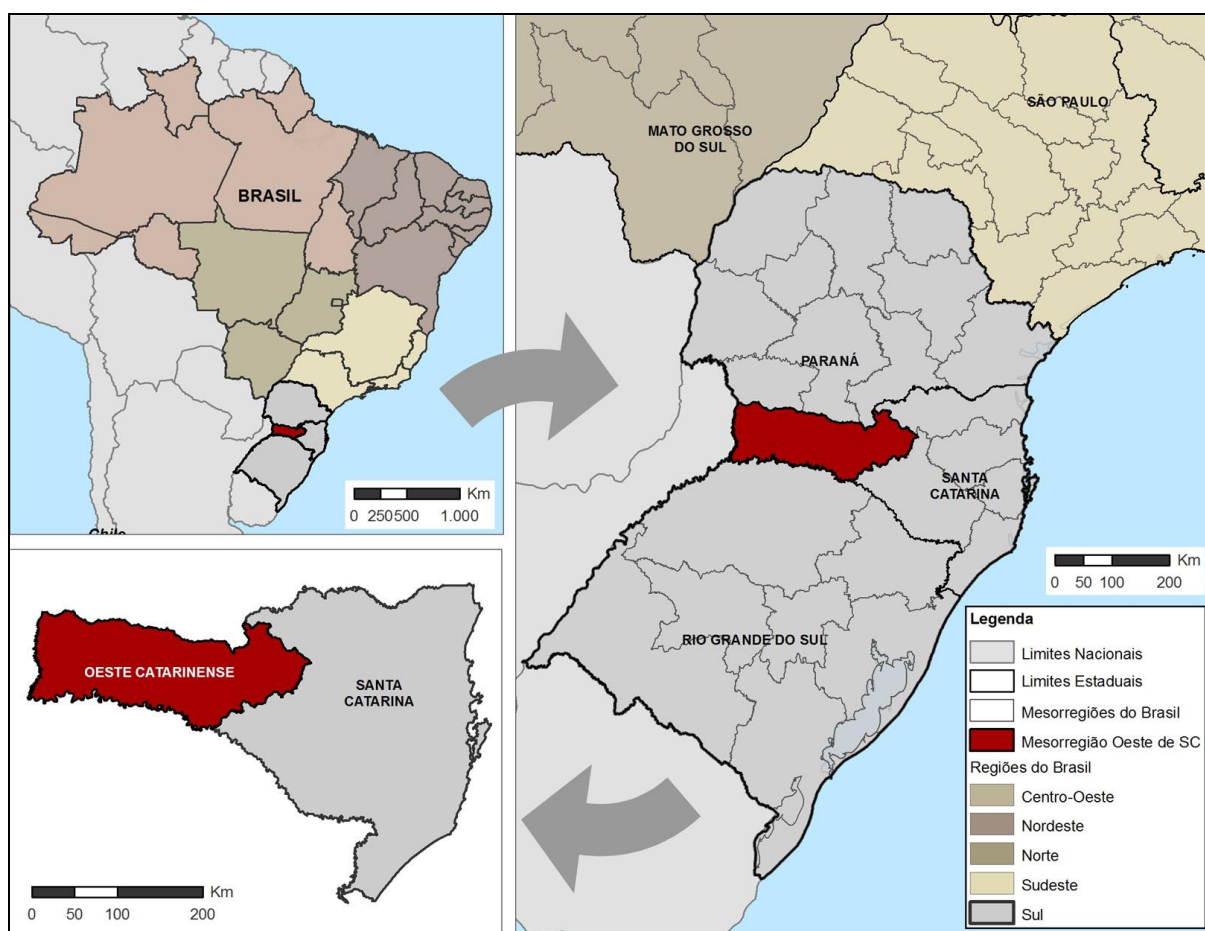


Figura 01 - Mapa de localização dos municípios da mesorregião do Oeste de Santa Catarina

Fonte: IBGE, 2000.

Em relação à abordagem da pesquisa se enquadra como quantitativa uma vez que se aproveita da base de dados de informações secundárias (IBGE), que servem de aporte para uma posterior análise. Em relação a este tipo de pesquisa

apresentou a utilização de técnicas estatísticas na estratificação dos dados para a organização da cartografia temática regional. Desta forma, a interpretação das informações da dinâmica populacional com base em critérios objetivos e embasados na realidade regional, permite a verificação da dinâmica populacional regional quanto aos fenômenos vinculados aos dados analisados.

Os produtos gerados e resultados obtidos dizem respeito à formação de configurações e de perspectivas da dinâmica populacional, por município nas microrregiões (Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste), da mesorregião do Oeste Catarinense, comparativos de involução e evolução, formação de blocos geográficos com características similares, visíveis com base em cartografia temática regional (com respectiva análise descritiva dos mapas), estratificado de acordo com o tamanho populacional e vínculo com o desenvolvimento municipal.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entre as principais potencialidades de uma região citam-se as características da população pela capacidade de inovar e instituir novas dinâmicas e estratégias de desenvolvimento, no âmbito local e regional. A análise da variação populacional total dos 118 municípios, de 1991 até 2010, considerando os dados censitários do IBGE (1991 a 2010), portanto em intervalo de 29 anos, foi efetivada com base em estratificação de dados para a compreensão da dinâmica do fenômeno no interior das microrregiões de Joaçaba, Xanxerê, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste, todas localizadas na mesorregião do Oeste de Santa Catarina.

A análise da variação populacional, por município, foi efetuada com base em estratos, conforme segue: i) variação negativa de -67% até -35% da população; ii) variação negativa de -34,99% até 0,00%; iii) variação positiva de 0,01% até 35%; iv) variação positiva de 35,01% até 80%, no intervalo de 29 anos.

Na mesorregião do Oeste Catarinense apenas três municípios variaram negativamente entre -67% até -35%, sendo que se considera uma retração fortíssima, sendo eles: São Miguel da Boa Vista, São Bernardino e Santa Terezinha do Progresso, todos localizados em área periférica da microrregião de Chapecó. A

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n34, p.242-262, jul./dez. 2011

este estrato somam-se outros sessenta e quatro municípios que tiveram regressão populacional e representa 54,24% sobre o total. A análise geral da mesorregião demonstra que 56,78% dos municípios tiveram perda populacional de 1991 a 2010, conforme os dados do IBGE (Figura 02).

Estes dados são representativos em municípios com menores tamanhos populacionais e que tiveram acentuados processos de mobilidade do espaço rural para o urbano e entre as próprias cidades da região e para além dela. Neste contexto se inserem de forma mais evidente as microrregiões de São Miguel do Oeste (problemas estruturais típicos de regiões fronteiriças, confinamento da propriedade – minifúndio - e com modelo econômico essencialmente agroindustrial) e de Chapecó.

Os municípios que tiveram acréscimo populacional de 0,1% até 35% representam 38,14% e estão mais difundidos nas microrregiões de Xanxerê, Concórdia e Joaçaba (economia mais diversificada, inclusive urbana quando comparada com a anterior). Finalmente aqueles que variaram mais entre 35,01% até 80%, representam apenas 8,47% e são representados por 10 municípios, entre os quais se destacam os pólos regionais como: Chapecó e Caçador. No caso de municípios com população reduzida, o expressivo crescimento populacional, pode ser vinculado à instalação de empreendimentos econômicos de maior porte, que inclusive atrai sazonalmente a população do entorno. As microrregiões de Xanxerê e São Miguel do Oeste não apresentaram variações populacionais positivas expressivas, pela própria ausência de cidades de maior porte, bem como de atividades econômicas urbanas mais diversificadas, portanto, com menor atratividade regional.

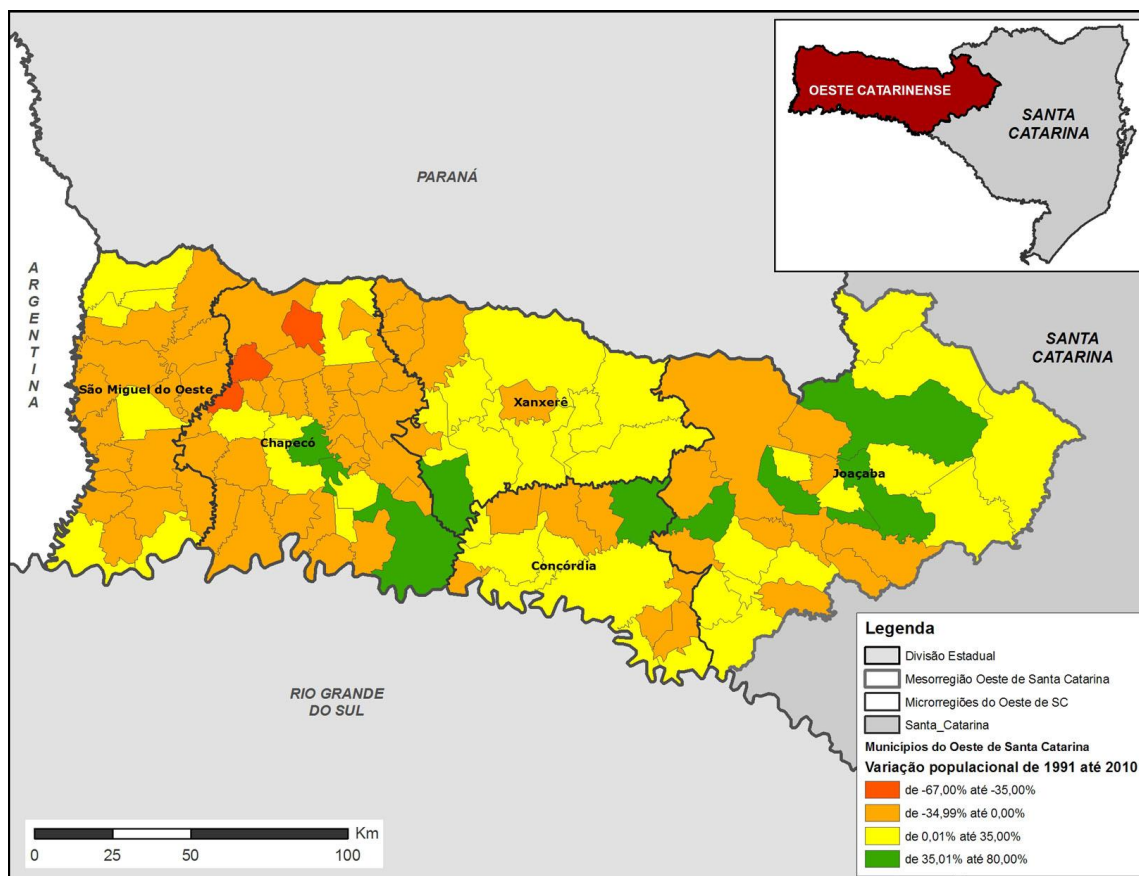


Figura 02 - Variação populacional de 1991 a 2010, nos municípios do Oeste de Santa Catarina

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Outro indicador da mobilidade regional está vinculado às taxas de urbanização, pois expressiva parte delas foi condicionada pelas migrações e não necessariamente por crescimento das taxas de natalidade no interior dos municípios, sejam em processos de saída (emigrantes) ou de chegada (imigrantes). Na aferição das taxas de urbanização (IBGE, 2000 e 2010), desenvolveram-se quatro estratos: i) urbanização decrescente; ii) taxas estáveis até 50%; iii) de 50,01% até 100%; iv) taxas de 100,01% até 300% (Figura 03).

Apenas um município diminuiu a sua população urbana, no intervalo entre 2000 e 2010, segundo os dados censitários do IBGE, que foi Marema (microrregião de Xanxerê). As taxas crescentes de até 50% representaram 79,66% (94) dos municípios, portanto, houve um predomínio neste estrato, determinado pelo crescimento vegetativo e pela mobilidade do espaço rural para o urbano, embora não atingisse todos os municípios da região, conforme mencionado anteriormente.

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n34, p.242-262, jul./dez. 2011

Esta variação aconteceu em todas as microrregiões, entretanto, foi predominante na microrregião de São Miguel do Oeste, em municípios fronteiriços, o que pode ser um indicativo da estabilização populacional, considerando o intervalo de dez anos e o próprio processo de esvaziamento do espaço rural.

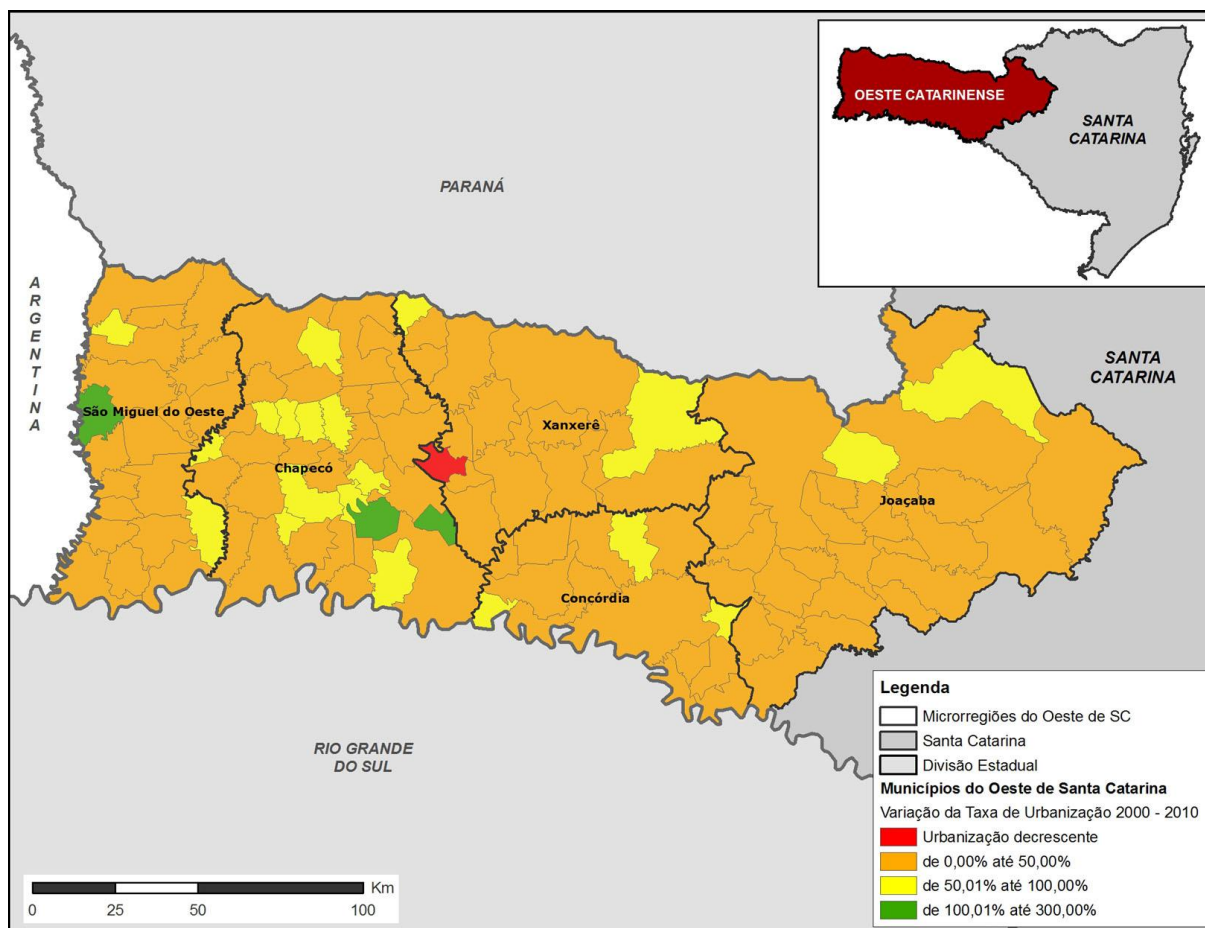


Figura 03 - Variação da urbanização de 2000 a 2010, nos municípios do Oeste de Santa Catarina

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

As taxas de urbanização no intervalo, superior a 50,01% até 100%, representou 16,95% dos municípios, ou seja, 20 municípios, localizados principalmente na microrregião de Chapecó e por unidades administrativas de pequeno porte, portanto, a variação numérica não foi expressiva. Finalmente, os municípios com variação superior a 100,01%, foram apenas três (2,54%) de pequeno porte: Paraíso, no extremo oeste, Cordilheira Alta e Nova Itaberaba (influência direta do pólo de Chapecó) e não são autônomas, entretanto,

determinadas por fatores regionais (forte atração da cidade de Chapecó – 174 mil habitantes, IBGE, 2010, no uso do solo, inclusive de atividades econômicas do seu entorno imediato).

Um indicador de desenvolvimento de uma região pode ser aferido pelos índices de urbanização, uma vez que temporalmente, o Oeste de Santa Catarina tem apresentado problemas estruturais rurais, tais como o acesso à saúde, ao trabalho e à renda o que não permite uma qualidade de vida adequada para esta população. O envelhecimento populacional, ou seja, a não renovação do quadro humano disponível ao trabalho, entre outros, também é um fator relacionado ao desenvolvimento dos municípios, pois os idosos possuem a responsabilidade de dar continuidade às atividades econômicas regionais, notadamente em condições de desvantagem em relação a uma estrutura etária mais equilibrada.

O ambiente urbano apresenta condições mais diversificadas de acesso ao trabalho e a proximidade do atendimento nos quesitos ligados aos bens sociais (unidades de saúde, escolas, atendimento aos idosos e outros). Dos 118 municípios desta análise, 8,47% possuem taxas de urbanização de até 25%, consideradas baixas se comparadas à realidade do estado de Santa Catarina, embora se reconheça que seja diversificada. Estes municípios possuem a sua base econômica no espaço rural, normalmente atrelada à relação agroindustrial (agropecuária dispersa e indústria concentrada na região – modelo visivelmente em crise em função dos problemas ambientais, falta de mão de obra, baixa renda e seletividade humana, econômica e territorial) (Tabela 01).

Tabela 01 - Taxas de urbanização dos municípios do Oeste Catarinense de 2010

Estrato	Municípios	Porcentagem
de 0,00% até 25,00%	10	8,47%
de 25,01% até 50,00%	50	42,37%
de 50,01% até 75,00%	40	33,90%
de 75,01% até 100,00%	18	15,25%
TOTAL	118	100,00%

Fonte: IBGE, 2010.

As taxas de urbanização entre 25,01% até 50% representam 42,37% dos municípios e a soma com o estrato anterior, é possível evidenciar que metade dos municípios do Oeste de Santa Catarina, possui uma taxa de urbanização de até 50%, normalmente possuem um contingente populacional de pequeno porte. Possivelmente estes municípios não tenham uma ampliação significativa do fenômeno urbano no futuro, uma vez que existe uma estabilização populacional (diminuição significativa dos nascimentos) nos próprios municípios acompanhados de um envelhecimento geral da população.

As taxas de urbanização superiores a 50,01% representam outros 50% dos municípios, sendo que a maior concentração se localiza em até 75%. Os municípios com taxas de urbanização superior a 90% são de Videira, Caçador, Chapecó e Joaçaba, todos com a base econômica centrada nas indústrias e nos serviços especializados. Estas taxas tendem a ser progressivas, pois existe a contribuição da diminuição da população rural e o aumento dos perímetros urbanos destes municípios, em função da urbanização horizontal (estas cidades ainda são resistentes aos processos de verticalização – priorização de casas como moradia em detrimento de apartamentos) dos últimos anos.

Na análise da dinâmica populacional regional que considera as variações totais da população, as taxas de urbanização e o vínculo com municípios de diferentes portes, em relação ao tamanho populacional, compreendeu-se as respectivas taxas de gênero (masculinização) da população, nas microrregiões. A mesorregião do Oeste Catarinense possui em municípios menores, uma população com tendência ao desequilíbrio em favor do gênero masculino e nos municípios com cidades com porte maior, concentração de população de gênero feminino. Observa-se que em cinco municípios as populações masculinas não minoria (entre 48,17% até 49%): Joaçaba, São Miguel do Oeste, Luzerna, Xanxerê e Guarujá do Sul.

Os estratos com população masculina entre 49,01% até 51% representam apenas 23 municípios, ou seja, 19,49%, sendo que neste existe maior equilíbrio entre gênero e estão distribuídos principalmente nas microrregiões de Xanxerê e Concórdia (Figura 04). O estrato entre 51,01% até 53% de homens representa 86 municípios, ou 72,88%, o que evidencia um processo de “masculinização” em pequenos municípios, principalmente nas microrregiões de Joaçaba, Chapecó, seguido de São Miguel do Oeste.

Os municípios com maior desequilíbrio em relação ao gênero masculino são de Mondai, Paial, Cunhataí e Arvoredo (todos de pequeno porte em relação ao tamanho populacional), pois as taxas variam entre de 53,01% até 550%. Estes municípios possuem desequilíbrios ainda maiores no espaço rural, pois é evidente a mobilidade especializada de pessoas jovens do gênero feminino, para os espaços urbanos regionais.

O fenômeno da mobilidade aliado à diminuição das taxas de natalidade populacional promove a formação de territórios no interior das cinco microrregiões com especificidades próprias, ou seja, com características similares. Estes são representados pelos fenômenos da ampla tendência de esvaziamento, envelhecimento populacional, estabilização e retração urbana e predomínio de pessoas do gênero masculino, exceto em municípios mais dinâmicos, em termos econômicos e populacionais, com certa dinamicidade urbana (estes são pontuais e não difundidos no território da mesorregião do Oeste Catarinense).

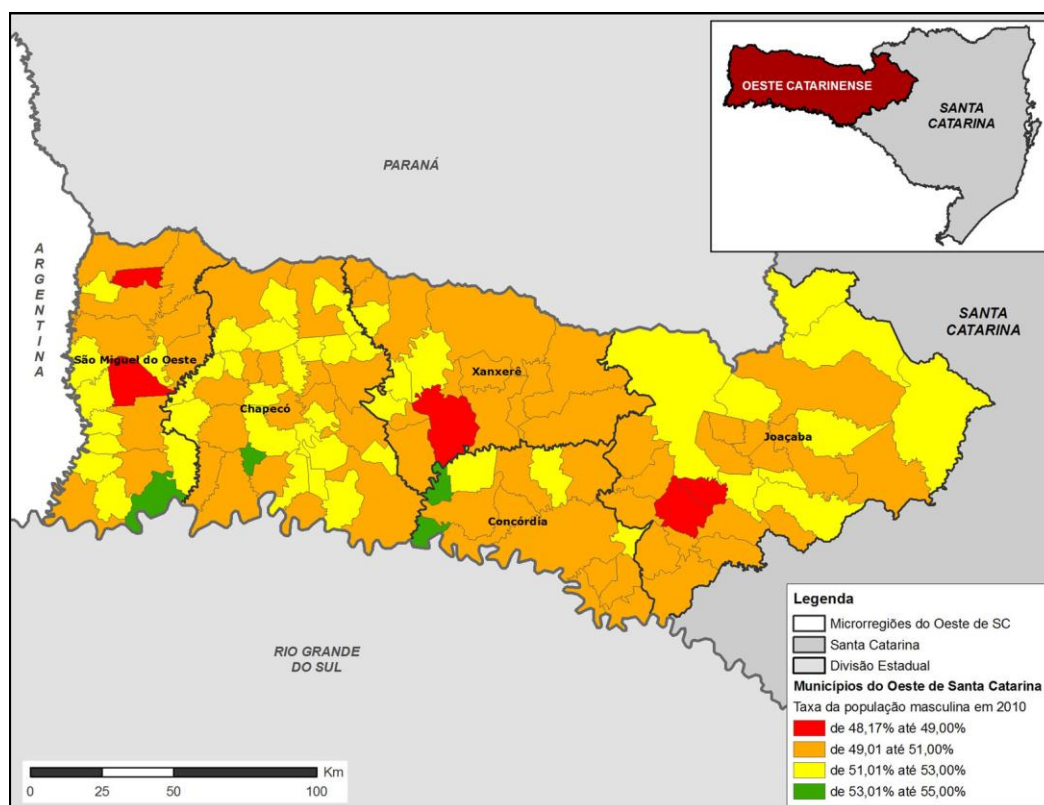


Figura 04: Taxas de população do gênero masculino, nos municípios do Oeste de Santa Catarina

FONTE: IBGE, 2010.

Com base nos dados que expressa a realidade regional e dos municípios esta pesquisa serve de suporte para que os gestores públicos municipais conheçam a realidade da dinâmica populacional regional. A mesma pode orientar as políticas públicas canalizadas à região, seja em infraestrutura, capacitação profissional, integração entre cadeias produtivas, motivação de novas atividades econômicas e geração de trabalho e renda e investimentos na área social, que contemple aqueles grupos sociais dominantes nos territórios, que apresenta uma configuração atípica para a continuidade do pleno desenvolvimento municipal.

6 CONCLUSÃO

Na temática principal desta pesquisa verificou-se a evolução populacional de 1991 a 2010 e as perspectivas, com base em dados censitários do IBGE, bem como das taxas de urbanização e de gênero, por meio de estratos e mapas temáticos, em 118 municípios da mesorregião do Oeste catarinense.

Observou-se que as retrações populacionais são importantes nas microrregiões (extremo oeste) de São Miguel do Oeste e de Chapecó, sendo que esta configuração é determinada por problemas estruturais típicos deste ambiente (fronteira), pelo modelo econômico predominante vigente e pela atratividade da cidade de Chapecó, no contexto da região de influência, que inclusive contribui para a diminuição populacional dos municípios do entorno.

Quanto às taxas de urbanização são crescentes e diversificadas, tendem a ser pequenas e estáveis em municípios com população reduzida ou elevadas em municípios pólos ou com atividades econômicas mais centradas e diversificadas na área urbana. O acentuado processo de urbanização, do intervalo de 2000 a 2010, demonstra uma urbanização tardia, na região.

As taxas de composição populacional, por gênero, demonstram que existe uma acentuada perspectiva de vantagem (percentual) da população masculina sobre a feminina, principalmente em municípios com população reduzida, determinada pela migração especializada, que se processa na região desde o século passado. Ao contrário os centros urbanos de maior porte, na região, tendem a um desequilíbrio ao aumento do gênero masculino.

Constatou-se que o fenômeno da mobilidade, promove a formação de territórios com especificidades próprias, sendo representados pela ampla tendência de esvaziamento, envelhecimento populacional, estabilização e retração urbana e predomínio de pessoas do gênero masculino, exceto em municípios mais dinâmicos, em termos econômicos e populacionais, entretanto, estes não são difundidos, ao contrário, apenas pontuais na região de análise desta pesquisa.

No contexto do desenvolvimento da região, existe a necessidade de estudos técnicos que oferecem suporte para as políticas públicas articuladas (suporte exógeno) e de investimentos em municípios de pequeno porte e com economia pouco diversificada, seja em infraestrutura, em formação profissional e em incentivo a formação de novas cadeias produtivas, para a reversão do cenário de estabilização e retração da população regional.

ABSTRACT

A region has some phenomena which are particular due to its territorial, space, cultural, social and economic configuration. In this context, this research was centered on demographic indicators analysis linked to the population variation, of the 118 municipalities which form the Middle Region of Catarinense Western, in the period between 1991 and 2010, based on the IBGE demographic census, as a municipal developing perspective. Besides, the urbanization rates in 2000 and 2010 were analyzed, as well as the male genre population percentages. A stratification for the phenomena specialization was effective, based on the five micro regions, through the thematic mapping. As a result, it was observed that the population variation was expressive, both negative and positive, which shows the middle region has a tendency to shrinkage (peripheral municipalities emptying) and concentration (in medium-sized cities) which are scattered, through the middle region of Catarinense Western territory and which exactly the same tendency is shown to the genre, which tends to be no longer egalitarian. This research knowledge guides public politics led to the economic and social developing of the respective municipalities.

Key Words: regional development, population mobility and economic dynamic.

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n34, p.242-262, jul./dez. 2011

NOTAS

¹ Pós Graduada em Levantamentos Geodésicos e Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

REFERÊNCIAS

BAVARESCO, Paulo R. *Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no extremo Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2005.

BERNARDY, Rógis J.; ZUANAZZI, Jeancarlo; MONTEIRO, Ricardo R. *Território, planejamento e gestão: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC*. Chapecó: Palotti, 2008.

CORRÊA, Roberto L. *Trajetórias geográficas*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão regional*. Brasília, 2000. Disponível: <www.ibge.gov.br/home/geociencias>. Acesso: 17 de fevereiro de 2011.

_____. *Censo demográfico de 1991*. Brasília, 2010. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 23 de setembro de 2010.

_____. *Censo demográfico de 2000*. Brasília, 2010. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 23 de setembro de 2010.

_____. *Censo Demográfico 2010: dados preliminares*. Brasília, 2010. Disponível: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 24 de janeiro de 2011.

LISBOA, Teresa K. *Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres imigrantes*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: ARGOS, 2003.

MENDES, Antônio. C. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte. UFMS/Cedeplar, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. *Dados históricos*. Chapecó, 2010. Disponível em: <www.chapeco.sc.gov.br>. Acesso em 06 de setembro de 2010.

RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC. 2006.

SILVESTRO, Milton. L. et. al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. EPAGRI/NEAD. Santa Catarina. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001. 122p.

WANDERLEY, Maria. de N. B. "A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil" *In: X World Congress Of Rural Sociology*. Rio de Janeiro 30 de jul. a 05 ago. 2000. 17p.

WERLANG, Alceu. *A colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: Argos, 2002.